



SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (VIRTUAL) DE 18/03/2021

ORDEM DO DIA

SORAYA SANTOS (PL - RJ) - Saudação à Presidenta em exercício dos trabalhos, Deputada Rose Modesto. Apoio do PL à proposta da Presidência para a votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 6.298, de 2019, relativo à alteração da Lei nº 11.340, de 2006, (Lei Maria da Penha), com vista à aplicação do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida - FRIDA.

ERIKA KOKAY (PT - DF) - Pedido à Presidência para retirada de pauta de requerimentos de apreciação, em regime de urgência, de proposições não discutidas pela bancada feminina. Apoio à discussão do Projeto de Lei nº 6.298, de 2019, relativo à alteração da Lei nº 11.340, de 2006, (Lei Maria da Penha), com vista à aplicação do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida - FRIDA.

SORAYA SANTOS (PL - RJ) - Criação do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida - FRIDA na gestão da Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge.

ERIKA KOKAY (PT - DF) - Avanço nas votações da pauta feminina.

SORAYA SANTOS (PL - RJ) - Apelo à bancada feminina por votação de requerimentos de apreciação, em regime de urgência, de projetos de lei constantes na pauta.

PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) - Saudação à Presidenta em exercício dos trabalhos, Deputada Rose Modesto. Apelo à bancada feminina por votação de requerimentos de apreciação, em regime de urgência, de projetos de lei constantes na pauta.

DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Apoio à votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 741, de 2021, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940; bem como das Leis de nºs 8.072, de 1990, e 11.340, de 2006, com vista à adoção de medidas de combate à violência contra a mulher, e à criação do Programa de Cooperação Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica.

ERIKA KOKAY (PT - DF) - Contrariedade à votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 741, de 2021, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940; bem como das Leis de nºs 8.072, de 1990, e 11.340, de 2006, com vista à adoção de medidas de combate à violência contra a mulher, e à criação do Programa de Cooperação Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica.

PERPÉTUA ALMEIDA (PCDOB - AC) - Apoio à sugestão da coordenadora da bancada feminina, Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, para votação de requerimentos de apreciação, em regime de urgência,



de projetos de lei constantes na pauta. Consulta à Presidência sobre a possibilidade de apensação de proposições a projeto de lei, após a aprovação do respectivo requerimento de urgência.

TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Pedido à Presidência de retirada de pauta do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 741, de 2021, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940; bem como das Leis de nºs 8.072, de 1990, e 11.340, de 2006, com vista à adoção de medidas de combate à violência contra a mulher, e à criação do Programa de Cooperação Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica.

ALICE PORTUGAL (PCDOB - BA) - Apoio à votação de requerimentos de apreciação, em regime de urgência, de projetos de lei constantes na pauta. Solicitação à Presidência de informações sobre a votação da pauta remanescente da bancada feminina.

ALINE GURGEL (REPUBLICANOS - AP) - Apoio à votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 741, de 2021, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940; bem como das Leis de nºs 8.072, de 1990, e 11.340, de 2006, com vista à adoção de medidas de combate à violência contra a mulher, e à criação do Programa de Cooperação Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica.

SANDERSON (PSL - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 741, de 2021, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940; bem como das Leis de nºs 8.072, de 1990, e 11.340, de 2006, com vista à adoção de medidas de combate à violência contra a mulher, e à criação do Programa de Cooperação Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica.

SORAYA SANTOS (PL - RJ) - Apoio à votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 741, de 2021, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940; bem como das Leis de nºs 8.072, de 1990, e 11.340, de 2006, com vista à adoção de medidas de combate à violência contra a mulher, e à criação do Programa de Cooperação Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica.

PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) - Esclarecimento aos Deputados Fábio Trad e Lincoln Portela sobre a votação de projetos de lei apensados ao Projeto de Lei nº 741, de 2021, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940; bem como das Leis de nºs 8.072, de 1990, e 11.340, de 2006, com vista à adoção de medidas de combate à violência contra a mulher, e à criação do Programa de Cooperação Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica.



ANTONIO BRITO (PSD - BA) - Construção de acordo entre os Deputados Soraya Santos e Fábio Trad para a votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 741, de 2021, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940; bem como das Leis de nºs 8.072, de 1990, e 11.340, de 2006, com vista à adoção de medidas de combate à violência contra a mulher, e à criação do Programa de Cooperação Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica. Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação da propositura em regime de urgência.

ERIKA KOKAY (PT - DF) - Posicionamento da oradora contrário à votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 741, de 2021, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940; bem como das Leis de nºs 8.072, de 1990, e 11.340, de 2006, com vista à adoção de medidas de combate à violência contra a mulher, e à criação do Programa de Cooperação Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica.

CORONEL TADEU (PSL - SP) - Dificuldades dos Parlamentares para o uso da palavra nas sessões realizadas pelo sistema híbrido.

PERPÉTUA ALMEIDA (PCDOB - AC) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 741, de 2021, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940; bem como das Leis de nºs 8.072, de 1990, e 11.340, de 2006, com vista à adoção de medidas de combate à violência contra a mulher, e à criação do Programa de Cooperação Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica.

ALICE PORTUGAL (PCDOB - BA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 741, de 2021, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940; bem como das Leis de nºs 8.072, de 1990, e 11.340, de 2006, com vista à adoção de medidas de combate à violência contra a mulher, e à criação do Programa de Cooperação Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica.

ERIKA KOKAY (PT - DF) - Necessidade de ampla discussão do mérito do Projeto de Lei nº 741, de 2021, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940; bem como das Leis de nºs 8.072, de 1990, e 11.340, de 2006, com vista à adoção de medidas de combate à violência contra a mulher, e à criação do Programa de Cooperação Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica.

PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) - Compromisso da oradora de realização de amplo debate em torno do Projeto de Lei nº 741, de 2021, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940; bem



como das Leis de nºs 8.072, de 1990, e 11.340, de 2006, com vista à adoção de medidas de combate à violência contra a mulher, e à criação do Programa de Cooperação Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica.

SORAYA SANTOS (PL - RJ) - Importância do Projeto de Lei nº 741, de 2021, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940; bem como das Leis de nºs 8.072, de 1990, e 11.340, de 2006, com vista à adoção de medidas de combate à violência contra a mulher, e à criação do Programa de Cooperação Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica. Agradecimento aos Líderes partidários pela votação do requerimento de apreciação da propositura em regime de urgência.

PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT) - Defesa de votação do Projeto de Lei nº 6.298, de 2019, relativo à alteração da Lei nº 11.340, de 2006, (Lei Maria da Penha), com vista à aplicação do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida - FRIDA.

JANDIRA FEGHALI (PCDOB - RJ) - Registro de voto da oradora. Defesa de participação do Consórcio Lei Maria da Penha na discussão do mérito do Projeto de Lei nº 741, de 2021, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940; bem como das Leis de nºs 8.072, de 1990, e 11.340, de 2006, com vista à adoção de medidas de combate à violência contra a mulher, e à criação do Programa de Cooperação Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica.

LÍDICE DA MATA (PSB - BA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 741, de 2021, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940; bem como das Leis de nºs 8.072, de 1990, e 11.340, de 2006, com vista à adoção de medidas de combate à violência contra a mulher, e à criação do Programa de Cooperação Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica.

NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) - Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelas mortes decorrentes da Covid-19 no País. Repúdio à decisão da 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, favorável à celebração do golpe militar de 1964. Anúncio da apresentação de recurso contra a decisão judicial.

FÁBIO TRAD (PSD - MS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 741, de 2021, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940; bem como das Leis de nºs 8.072, de 1990, e 11.340, de 2006, com vista à adoção de medidas de combate à violência contra a mulher, e à criação do Programa de Cooperação Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica.



Pedido à Presidência de registro do nome do orador e do Deputado Lincoln Portela como coautores da proposição.

ERIKA KOKAY (PT - DF) - Equívoco da apensação de projetos de lei dos Deputado Fábio Trad e Lincoln Portela ao Projeto de Lei nº 741, de 2021, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940; bem como das Leis de nºs 8.072, de 1990, e 11.340, de 2006, com vista à adoção de medidas de combate à violência contra a mulher, e à criação do Programa de Cooperação Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica.

ROSE MODESTO (PSDB - MS) - Apelo à Casa de aprovação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2.939, de 2019, a respeito da alteração da Lei nº 8.072, de 1990, (Lei de Crimes Hediondos), com vista ao estabelecimento da progressão de regime nos crimes de feminicídio.

ERIKA KOKAY (PT - DF) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2.939, de 2019, a respeito da alteração da Lei nº 8.072, de 1990, (Lei de Crimes Hediondos), com vista ao estabelecimento da progressão de regime nos crimes de feminicídio. Protesto contra a desapensação do Projeto de Lei nº 517, de 2019, da proposição principal.

MARGARETE COELHO (PP - PI) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2.939, de 2019, a respeito da alteração da Lei nº 8.072, de 1990, (Lei de Crimes Hediondos), com vista ao estabelecimento da progressão de regime nos crimes de feminicídio.

CHRISTIANE DE SOUZA YARED (PL - PR) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2.939, de 2019, a respeito da alteração da Lei nº 8.072, de 1990, (Lei de Crimes Hediondos), com vista ao estabelecimento da progressão de regime nos crimes de feminicídio.

PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2.939, de 2019, a respeito da alteração da Lei nº 8.072, de 1990, (Lei de Crimes Hediondos), com vista ao estabelecimento da progressão de regime nos crimes de feminicídio.

NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2.939, de 2019, a respeito da alteração da Lei nº 8.072, de 1990, (Lei de Crimes Hediondos), com vista ao estabelecimento da progressão de regime nos crimes de feminicídio.



ROSE MODESTO (PSDB - MS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2.939, de 2019, a respeito da alteração da Lei nº 8.072, de 1990, (Lei de Crimes Hediondos), com vista ao estabelecimento da progressão de regime nos crimes de feminicídio.

ALINE GURGEL (REPUBLICANOS - AP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2.939, de 2019, a respeito da alteração da Lei nº 8.072, de 1990, (Lei de Crimes Hediondos), com vista ao estabelecimento da progressão de regime nos crimes de feminicídio.

FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2.939, de 2019, a respeito da alteração da Lei nº 8.072, de 1990, (Lei de Crimes Hediondos), com vista ao estabelecimento da progressão de regime nos crimes de feminicídio.

SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2.939, de 2019, a respeito da alteração da Lei nº 8.072, de 1990, (Lei de Crimes Hediondos), com vista ao estabelecimento da progressão de regime nos crimes de feminicídio.

ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2.939, de 2019, a respeito da alteração da Lei nº 8.072, de 1990, (Lei de Crimes Hediondos), com vista ao estabelecimento da progressão de regime nos crimes de feminicídio.

SANDERSON (PSL - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2.939, de 2019, a respeito da alteração da Lei nº 8.072, de 1990, (Lei de Crimes Hediondos), com vista ao estabelecimento da progressão de regime nos crimes de feminicídio.

PERPÉTUA ALMEIDA (PCDOB - AC) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2.939, de 2019, a respeito da alteração da Lei nº 8.072, de 1990, (Lei de Crimes Hediondos), com vista ao estabelecimento da progressão de regime nos crimes de feminicídio.



ERIKA KOKAY (PT - DF) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2.939, de 2019, a respeito da alteração da Lei nº 8.072, de 1990, (Lei de Crimes Hediondos), com vista ao estabelecimento da progressão de regime nos crimes de feminicídio.

GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2.939, de 2019, a respeito da alteração da Lei nº 8.072, de 1990, (Lei de Crimes Hediondos), com vista ao estabelecimento da progressão de regime nos crimes de feminicídio.

JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2.939, de 2019, a respeito da alteração da Lei nº 8.072, de 1990, (Lei de Crimes Hediondos), com vista ao estabelecimento da progressão de regime nos crimes de feminicídio.

ALICE PORTUGAL (PCDOB - BA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2.939, de 2019, a respeito da alteração da Lei nº 8.072, de 1990, (Lei de Crimes Hediondos), com vista ao estabelecimento da progressão de regime nos crimes de feminicídio.

LEANDRE (PV - PR) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2.939, de 2019, a respeito da alteração da Lei nº 8.072, de 1990, (Lei de Crimes Hediondos), com vista ao estabelecimento da progressão de regime nos crimes de feminicídio.

JANDIRA FEGHALI (PCDOB - RJ) - Dificuldades na construção de acordo para a votação de requerimentos de urgência constantes na pauta, em face da não submissão das respectivas proposições ao crivo da bancada feminina.

CELINA LEÃO (PP - DF) - Disposição da Parlamentar, na condição de Relatora, para recebimento de sugestões ao texto do Projeto de Lei nº 2.939, de 2019, a respeito da alteração da Lei nº 8.072, de 1990, (Lei de Crimes Hediondos), com vista ao estabelecimento da progressão de regime nos crimes de feminicídio.

CELINA LEÃO (PP - DF) - Disposição da Parlamentar, na condição de Relatora, para discussão do Projeto de Lei nº 2.939, de 2019, a respeito da alteração da Lei nº 8.072, de 1990, (Lei de Crimes Hediondos), com vista ao estabelecimento da progressão de regime nos crimes de feminicídio.

GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Proposta à Presidência de construção de acordo para a votação de requerimentos de urgência não consensuais.



DA VITORIA (CIDADANIA - ES) - Apresentação do Projeto de Lei nº 899, de 2021, sobre a suspensão de reajustes nos preços dos medicamentos durante a epidemia de coronavírus. Anúncio da apresentação de requerimento de apreciação da propositura em regime de urgência.

ERIKA KOKAY (PT - DF) - Apelo aos Deputados de aprovação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.943, de 2019, sobre a alteração do art. 373-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com vista à promoção de campanha de divulgação da igualdade de direitos trabalhistas entre homens e mulheres.

VINICIUS POIT (NOVO - SP) - Posicionamento do partido Novo contrário à aprovação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.943, de 2019, sobre a alteração do art. 373-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com vista à promoção de campanha de divulgação da igualdade de direitos trabalhistas entre homens e mulheres.

GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Posicionamento do orador acerca do Projeto de Lei nº 1.943, de 2019, sobre a alteração do art. 373-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com vista à promoção de campanha de divulgação da igualdade de direitos trabalhistas entre homens e mulheres.

PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT) - Esclarecimento ao Deputado Gilson Marques e ao Plenário sobre o teor do Projeto de Lei nº 1.943, de 2019, sobre a alteração do art. 373-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com vista à promoção de campanha de divulgação da igualdade de direitos trabalhistas entre homens e mulheres.

PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) - Apelo ao partido Novo de apoio à votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.943, de 2019, sobre a alteração do art. 373-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com vista à promoção de campanha de divulgação da igualdade de direitos trabalhistas entre homens e mulheres.

GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Contrariedade do partido Novo à aprovação do Projeto de Lei nº 1.943, de 2019, sobre a alteração do art. 373-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com vista à promoção de campanha de divulgação da igualdade de direitos trabalhistas entre homens e mulheres.

JANDIRA FEGHALI (PCDOB - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.943, de 2019, sobre a alteração do art. 373-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com vista à promoção de campanha de divulgação da igualdade de direitos trabalhistas entre homens e mulheres.



ERIKA KOKAY (PT - DF) - Apelo ao partido Novo de votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.943, de 2019, sobre a alteração do art. 373-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com vista à promoção de campanha de divulgação da igualdade de direitos trabalhistas entre homens e mulheres.

OTAVIO LEITE (PSDB - RJ) - Baixo índice de vacinação contra a Covid-19, com relação às pessoas incluídas nos grupos prioritários.

ELCIONE BARBALHO (MDB - PA) - Necessidade de avanço nas votações de requerimentos de apreciação, em regime de urgência, de proposições de interesse das mulheres. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 6.298, de 2019, relativo à alteração da Lei nº 11.340, de 2006, (Lei Maria da Penha), com vista à aplicação do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida - FRIDA.

ALINE GURGEL (REPUBLICANOS - AP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 1.943, de 2019, sobre a alteração do art. 373-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com vista à promoção de campanha de divulgação da igualdade de direitos trabalhistas entre homens e mulheres. Defesa de aprimoramento do texto da proposição.

LÍDICE DA MATA (PSB - BA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 598, de 2019, relativo à alteração da Lei nº 9.394, de 1996, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), com vista à inclusão, no currículo da educação básica, do conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher.

TIAGO MITRAUD (NOVO - MG) - Posicionamento do orador contrário à aprovação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 598, de 2019, relativo à alteração da Lei nº 9.394, de 1996, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), com vista à inclusão, no currículo da educação básica, do conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher.

CARMEN ZANOTTO (CIDADANIA - SC) - Importância da aprovação pela Casa de proposições destinadas à proteção das mulheres.

ERIKA KOKAY (PT - DF) - Incoerência do voto favorável ao aumento da pena para o crime de feminicídio, e contrário à igualdade de direitos entre homens e mulheres.

ALINE GURGEL (REPUBLICANOS - AP) - Apelo ao partido Novo de aprovação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 598, de 2019, relativo à alteração da Lei nº 9.394, de



1996, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), com vista à inclusão, no currículo da educação básica, do conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher.

JANDIRA FEGHALI (PCDOB - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 598, de 2019, relativo à alteração da Lei nº 9.394, de 1996, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), com vista à inclusão, no currículo da educação básica, do conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher.

PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) - Esclarecimento ao Deputado Tiago Mitraud sobre o requerimento de urgência em votação.

REJANE DIAS (PT - PI) - Pedido à Presidência de apensação do Projeto de Lei nº 5.552, de 2020, ao Projeto de Lei nº 598, de 2019, relativo à alteração da Lei nº 9.394, de 1996, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), com vista à inclusão, no currículo da educação básica, do conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher.

GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 321, de 2021, sobre a garantia à mulher de igualdade com relação a premiações de competições desportivas.

EDUARDO BISMARCK (PDT - CE) - Excelência da gestão administrativa do Prefeito Bismarck Maia, do Município de Aracati, Estado do Ceará. Recebimento pela municipalidade do Selo A, da Secretaria do Tesouro Nacional.

ERIKA KOKAY (PT - DF) - Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 321, de 2021, sobre a garantia à mulher de igualdade com relação a premiações de competições desportivas.

GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Esclarecimento à Deputada Erika Kokay sobre o teor do Projeto de Lei nº 321, de 2021, sobre a garantia à mulher de igualdade com relação a premiações de competições desportivas.

ROSANGELA GOMES (REPUBLICANOS - RJ) - Agradecimento à bancada feminina pela inclusão na pauta do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 321, de 2021, sobre a garantia à mulher de igualdade com relação a premiações de competições desportivas. Pedido aos Deputados de aprovação do mérito da proposição. Elogio à Deputada Aline Gurgel. Homenagem póstuma ao jornalista Rafael Marinho. Congratulações à Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damarens Alves,



pela doação de cestas básicas a famílias carentes no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19.

ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) - Arbitrariedade da prisão de manifestantes durante protesto contra o Presidente Jair Bolsonaro, realizado na Praça dos Três Poderes, em Brasília, Distrito Federal.

LIZIANE BAYER (PSB - RS) - Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 2.442, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista à extensão do prazo de validade de pedidos médicos para a realização de exames de pré-natal e de acompanhamento do estado puerperal, e sobre a facilitação do acesso a cuidados intensivos e à internação em leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) durante a epidemia da Covid-19.

JANDIRA FEGHALI (PCDOB - RJ) - Discussão do Projeto de Lei nº 2.442, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista à extensão do prazo de validade de pedidos médicos para a realização de exames de pré-natal e de acompanhamento do estado puerperal, e sobre a facilitação do acesso a cuidados intensivos e à internação em leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) durante a epidemia da Covid-19.

CELINA LEÃO (PP - DF) - Agradecimento aos Deputados Cacá Leão e Ricardo Barros, pela retirada de requerimento de destaque apresentado ao Projeto de Lei nº 2.442, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista à extensão do prazo de validade de pedidos médicos para a realização de exames de pré-natal e de acompanhamento do estado puerperal, e sobre a facilitação do acesso a cuidados intensivos e à internação em leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) durante a epidemia da Covid-19.

ALICE PORTUGAL (PCDOB - BA) - Discussão do Projeto de Lei nº 2.442, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista à extensão do prazo de validade de pedidos médicos para a realização de exames de pré-natal e de acompanhamento do estado puerperal, e sobre a facilitação do acesso a cuidados intensivos e à internação em leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) durante a epidemia da Covid-19.

JANDIRA FEGHALI (PCDOB - RJ) - Registro dos nomes dos Deputados Rodrigo Coelho, Alexandre Padilha e Dr. Zacharias Calil como coautores do Projeto de Lei nº 2.442, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista à extensão do prazo de validade de pedidos médicos para a realização de exames de pré-natal e de acompanhamento do estado puerperal, e sobre a facilitação do acesso a cuidados intensivos e à internação em leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) durante a epidemia da Covid-19.

VICENTINHO (PT - SP) - Discussão do Projeto de Lei nº 2.442, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista à extensão do prazo de validade de pedidos médicos para a realização de exames de pré-natal e de acompanhamento do estado puerperal, e sobre a facilitação do acesso a cuidados intensivos



e à internação em leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) durante a epidemia da Covid-19. Defesa de elevação do percentual de representantes da raça negra no Congresso Nacional.

FÁBIO TRAD (PSD - MS) - Referências elogiosas à Deputada Rose Modesto. Pedido à Presidência de apensação do Projeto de Lei nº 4.196, de 2020, ao Projeto de Lei nº 741, de 2021, sobre a alteração do Decreto-Lei nº 2.848, de 1940; bem como das Leis de nºs 8.072, de 1990, e 11.340, de 2006, com vista à adoção de medidas de combate à violência contra a mulher, e à criação do Programa de Cooperação Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica.

FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) - Proficuidade da sessão destinada à apreciação de propostas de interesse das mulheres. Importância da aprovação dos Projetos de Lei de nºs 598, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 9.394, de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para inclusão de conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica; e 2.442, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista à extensão do prazo de validade de pedidos médicos para a realização de exames de pré-natal e de acompanhamento do estado puerperal, e sobre a facilitação do acesso a cuidados intensivos e à internação em leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) durante a epidemia da Covid-19. Aumento da representatividade feminina na Câmara dos Deputados e da participação de Deputadas em espaços de poder. Elogio à Coordenadora-Geral da bancada feminina na Casa, Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende.

ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) - Congratulações à Deputada Jandira Feghali pela apresentação do Projeto de Lei nº 2.442, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista à extensão do prazo de validade de pedidos médicos para a realização de exames de pré-natal e de acompanhamento do estado puerperal, e sobre a facilitação do acesso a cuidados intensivos e à internação em leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) durante a epidemia da Covid-19. Saudações às médicas obstetras Roxana Knobel e Carla Polido.

LIZIANE BAYER (PSB - RS) - Emissão de parecer às Emendas de Plenário de nºs 1 e 2, apresentadas ao Projeto de Lei nº 2.442, de 2020, relativo à alteração da Lei nº 13.979, de 2020, com vista à extensão do prazo de validade de pedidos médicos para a realização de exames de pré-natal e de acompanhamento do estado puerperal, e sobre a facilitação do acesso a cuidados intensivos e à internação em leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) durante a epidemia da Covid-19.

ALICE PORTUGAL (PCDOB - BA) - Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 5.096, de 2020, sobre a alteração dos Decretos-Leis de nºs 2.848, de 1940, (Código Penal), e 3.689, de 1941, (Código de Processo



Penal), e da Lei nº 9.099, de 1995, (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), com vista à coibição da prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas, e para o estabelecimento da causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer).

LÍDICE DA MATA (PSB - BA) - Discussão do Projeto de Lei nº 5.096, de 2020, sobre a alteração dos Decretos-Leis de nºs 2.848, de 1940, (Código Penal), e 3.689, de 1941, (Código de Processo Penal), e da Lei nº 9.099, de 1995, (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), com vista à coibição da prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas, e para o estabelecimento da causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer).

ERIKA KOKAY (PT - DF) - Discussão do Projeto de Lei nº 5.096, de 2020, sobre a alteração dos Decretos-Leis de nºs 2.848, de 1940, (Código Penal), e 3.689, de 1941, (Código de Processo Penal), e da Lei nº 9.099, de 1995, (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), com vista à coibição da prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas, e para o estabelecimento da causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer).

BIBO NUNES (PSL - RS) - Prejuízos causados ao País pela tentativa da Oposição de politização da epidemia de coronavírus em desfavor do Governo Jair Bolsonaro.

JANDIRA FEGHALI (PCDOB - RJ) - Discussão do Projeto de Lei nº 5.096, de 2020, sobre a alteração dos Decretos-Leis de nºs 2.848, de 1940, (Código Penal), e 3.689, de 1941, (Código de Processo Penal), e da Lei nº 9.099, de 1995, (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), com vista à coibição da prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas, e para o estabelecimento da causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer).

PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) - Solicitação à Presidência de imediata votação do Projeto de Lei nº 6.298, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 11.340, de 2006, (Lei Maria da Penha), com vista à aplicação do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida - FRIDA.

SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Discussão do Projeto de Lei nº 5.096, de 2020, sobre a alteração dos Decretos-Leis de nºs 2.848, de 1940, (Código Penal), e 3.689, de 1941, (Código de Processo Penal), e da Lei nº 9.099, de 1995, (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), com vista à coibição da prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas, e para o estabelecimento da causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer). Consulta à Presidência sobre a votação do



Projeto de Lei nº 1.267, de 2020, relativo à alteração da Lei 10.714, de 2003, com vista à ampla divulgação do serviço telefônico Disque 180 durante a epidemia de coronavírus.

ALICE PORTUGAL (PCDOB - BA) - Registro dos nomes dos coautores do Projeto de Lei nº 5.096, de 2020, sobre a alteração dos Decretos-Leis de nºs 2.848, de 1940, (Código Penal), e 3.689, de 1941, (Código de Processo Penal), e da Lei nº 9.099, de 1995, (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), com vista à coibição da prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas, e para o estabelecimento da causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer). Expectativa de aprovação da propositura pela Casa.

ERIKA KOKAY (PT - DF) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei nº 5.096, de 2020, sobre a alteração dos Decretos-Leis de nºs 2.848, de 1940, (Código Penal), e 3.689, de 1941, (Código de Processo Penal), e da Lei nº 9.099, de 1995, (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), com vista à coibição da prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas, e para o estabelecimento da causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer), ressalvados os destaques.

LÍDICE DA MATA (PSB - BA) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei nº 5.096, de 2020, sobre a alteração dos Decretos-Leis de nºs 2.848, de 1940, (Código Penal), e 3.689, de 1941, (Código de Processo Penal), e da Lei nº 9.099, de 1995, (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), com vista à coibição da prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas, e para o estabelecimento da causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer), ressalvados os destaques.

ALICE PORTUGAL (PCDOB - BA) - Pedido à Presidência de denominação do Projeto de Lei nº 5.096, de 2020, de Lei Mariana Ferrer.

JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei nº 5.096, de 2020, sobre a alteração dos Decretos-Leis de nºs 2.848, de 1940, (Código Penal), e 3.689, de 1941, (Código de Processo Penal), e da Lei nº 9.099, de 1995, (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), com vista à coibição da prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas, e para o estabelecimento da causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer), ressalvados os destaques.



ALINE GURGEL (REPUBLICANOS - AP) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei nº 5.096, de 2020, sobre a alteração dos Decretos-Leis de nºs 2.848, de 1940, (Código Penal), e 3.689, de 1941, (Código de Processo Penal), e da Lei nº 9.099, de 1995, (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), com vista à coibição da prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas, e para o estabelecimento da causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer), ressalvados os destaques.

GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei nº 5.096, de 2020, sobre a alteração dos Decretos-Leis de nºs 2.848, de 1940, (Código Penal), e 3.689, de 1941, (Código de Processo Penal), e da Lei nº 9.099, de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), com vista à coibição da prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas, e para o estabelecimento da causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer), ressalvados os destaques.

ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 5.096, de 2020, sobre a alteração dos Decretos-Leis de nºs 2.848, de 1940, (Código Penal), e 3.689, de 1941, (Código de Processo Penal), e da Lei nº 9.099, de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), com vista à coibição da prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas, e para o estabelecimento da causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer).

DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei nº 5.096, de 2020, sobre a alteração dos Decretos-Leis de nºs 2.848, de 1940, (Código Penal), e 3.689, de 1941, (Código de Processo Penal), e da Lei nº 9.099, de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), com vista à coibição da prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas, e para o estabelecimento da causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer), ressalvados os destaques.

PERPÉTUA ALMEIDA (PCDOB - AC) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei nº 5.096, de 2020, sobre a alteração dos Decretos-Leis de nºs 2.848, de 1940, (Código Penal), e 3.689, de 1941, (Código de Processo Penal), e da Lei nº 9.099, de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), com vista à coibição da prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas, e para o estabelecimento da causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer), ressalvados os destaques.



FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei nº 5.096, de 2020, sobre a alteração dos Decretos-Leis de nºs 2.848, de 1940, (Código Penal), e 3.689, de 1941, (Código de Processo Penal), e da Lei nº 9.099, de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), com vista à coibição da prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas, e para o estabelecimento da causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer), ressalvados os destaques. Registro de voto do Deputado Paulo Ramos.

ENRICO MISASI (PV - SP) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei nº 5.096, de 2020, sobre a alteração dos Decretos-Leis de nºs 2.848, de 1940, (Código Penal), e 3.689, de 1941, (Código de Processo Penal), e da Lei nº 9.099, de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), com vista à coibição da prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas, e para o estabelecimento da causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer), ressalvados os destaques.

CHRISTIANE DE SOUZA YARED (PL - PR) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei nº 5.096, de 2020, sobre a alteração dos Decretos-Leis de nºs 2.848, de 1940, (Código Penal), e 3.689, de 1941, (Código de Processo Penal), e da Lei nº 9.099, de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), com vista à coibição da prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas, e para o estabelecimento da causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer), ressalvados os destaques.

ERIKA KOKAY (PT - DF) - Congratulações à Deputada Alice Portugal pela apresentação de emenda de redação para denominação do Projeto de Lei nº 5.096, de 2020, de Lei Mariana Ferrer.

PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT) - Congratulações à bancada feminina na Câmara dos Deputados. Saudações à Desembargadora Amini Haddad, do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, e à Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher da Defensora Pública no Estado, Rosana Barros. Recrudescimento das agressões físicas e psicológicas contra as mulheres durante a epidemia de coronavírus. Importância da discussão e aprovação, pela Casa, de proposições destinadas à proteção da mulher.

ERIKA KOKAY (PT - DF) - Importância de construção da agenda feminina na Câmara dos Deputados. Necessidade de avanço na luta contra a subalternização da mulher. Relevância da Lei Maria da Penha, destinada ao combate à violência doméstica contra a mulher. Descaso do Governo Federal com as políticas de defesa dos direitos da mulher. Insuficiência dos recursos orçamentários destinados à Casa da Mulher



Brasileira. Comparação do Presidente Jair Bolsonaro com genocidas, diante do seu desprezo à vida dos brasileiros frente à Covid-19. Pronunciamento da Deputada Natália Bonavides a respeito dos horrores da ditadura militar. Prisão de manifestantes pela exibição de faixa com a expressão *Bolsonaro, genocida!*, na Praça dos Três Poderes, em Brasília. Lançamento do movimento Mulheres Contra a Carestia.

TEREZA NELMA (PSDB - AL) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei nº 5.096, de 2020, sobre a alteração dos Decretos-Leis de nºs 2.848, de 1940, (Código Penal), e 3.689, de 1941, (Código de Processo Penal), e da Lei nº 9.099, de 1995, (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), com vista à coibição da prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas, e para o estabelecimento da causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer), ressalvados os destaques.

MARCELO RAMOS (PL - AM) - Saudações às mulheres brasileiras. Apresentação do Projeto de Lei nº 936, de 2021, sobre o estabelecimento de diretrizes para a vacinação de gestantes, puérperas e lactantes contra a Covid-19.

ALICE PORTUGAL (PCDOB - BA) - Agradecimento aos Parlamentares pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.096, de 2020, sobre a alteração dos Decretos-Leis de nºs 2.848, de 1940, (Código Penal), e 3.689, de 1941, (Código de Processo Penal), e da Lei nº 9.099, de 1995, (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), com vista à coibição da prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas, e para o estabelecimento da causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer).

PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT) - Emissão de parecer ao Projeto de Lei nº 6.298, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha), com vista à aplicação do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida - FRIDA.

ERIKA KOKAY (PT - DF) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pela Relatora da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei nº 6.298, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha), com vista à aplicação do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida - FRIDA.

CHRISTIANE DE SOUZA YARED (PL - PR) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pela Relatora da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei nº 6.298, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha), com vista à aplicação do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida - FRIDA.



TEREZA NELMA (PSDB - AL) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pela Relatora da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei nº 6.298, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha), com vista à aplicação do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida - FRIDA.

LÍDICE DA MATA (PSB - BA) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pela Relatora da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei nº 6.298, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha), com vista à aplicação do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida - FRIDA.

ALINE GURGEL (REPUBLICANOS - AP) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pela Relatora da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei nº 6.298, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha), com vista à aplicação do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida - FRIDA. Eleição da Deputada Elcione Barbalho para a Presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) - Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pela Relatora da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei nº 6.298, de 2019, sobre a alteração da Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha), com vista à aplicação do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida - FRIDA.

ALINE GURGEL (REPUBLICANOS - AP) - Pedido à Presidência de inclusão na pauta do Requerimento de Urgência nº 467, de 2021, de tramitação em regime de urgência urgentíssima do Projeto de Lei nº 1.964, de 2020, relativo à comunicação aos órgãos de segurança pública, por condomínios residenciais, a respeito da ocorrência ou indício de violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente ou idoso em seus interiores.

GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Posicionamento do partido Novo, favorável à votação tão-somente das proposições constantes na pauta.

SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Defesa de votação tão-somente das proposições da bancada feminina.

VITOR HUGO (PSL - GO) - Apelo ao Plenário de votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.



PERPÉTUA ALMEIDA (PCDOB - AC) - Apelo ao Líder do Governo por adiamento da votação do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Encaminhamento, à Procuradoria-Geral da República, pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público do Estado do Acre, de Representação contra o Presidente Jair Bolsonaro e sua comitiva, por crime praticado contra a saúde pública durante a visita ao Acre.

PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT) - Inexistência de acordo para a votação do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida, com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Agradecimento à Casa pela votação do Projeto de Lei nº 6.298, de 2019, relativo à alteração da Lei nº 11.340, de 2006, (Lei Maria da Penha), com vista à aplicação do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida - FRIDA.

DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

BACELAR (PODE - BA) - Contrariedade à votação e aprovação do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

LÍDICE DA MATA (PSB - BA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

ELCIONE BARBALHO (MDB - PA) - Agradecimento à Casa pela aprovação do substitutivo oferecido pela Relatora da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher ao Projeto de Lei nº 6.298, de 2019, sobre a alteração



da Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha), com vista à aplicação do Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida - FRIDA.

JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Posicionamento da oradora contrário a votação do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

VITOR HUGO (PSL - GO) - Indignação com o posicionamento da bancada feminina, contrário à votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida, com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

BACELAR (PODE - BA) - Questão de ordem sobre o não encaminhamento da votação de requerimento apresentado pelo orador.

PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT) - Questão de ordem sobre a quebra de acordo firmado com a Presidenta em exercício dos trabalhos, Deputada Rose Modesto, pela discussão do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida, com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) - Esclarecimento ao Plenário sobre a votação de série de proposições de interesse da bancada feminina ao longo do mês de março. Discordância da oradora com o mérito do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida, com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

BACELAR (PODE - BA) - Pedido ao Deputado Vitor Hugo de retirada da pauta do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida, com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.



JANDIRA FEGHALI (PCDOB - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida, com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

DRA. SORAYA MANATO (PSL - ES) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida, com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

SANDERSON (PSL - RS) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida, com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

PERPÉTUA ALMEIDA (PCDOB - AC) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida, com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

VINICIUS POIT (NOVO - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida, com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida, com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

LÍDICE DA MATA (PSB - BA) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida, com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.



KIM KATAGUIRI (DEM - SP) - Conduta criminoso do Presidente Jair Bolsonaro e do ex-Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, com relação à epidemia de coronavírus. Inércia do Parlamento brasileiro, do Ministério Público e do Poder Judiciário diante do morticínio provocado pela doença viral no País. Relatório da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, a favor da adoção de medidas nacionais de isolamento social. Omissão da Casa na abertura de CPI para investigação de responsabilidades pela tragédia provocada pela Covid-19 no País.

ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida, com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

BACELAR (PODE - BA) - Contrariedade à votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

ENRICO MISASI (PV - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida, com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Reclamação contra a inclusão do requerimento na pauta.

EDUARDO CURY (PSDB - SP) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida, com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

JANDIRA FEGHALI (PCDOB - RJ) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida, com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

SORAYA SANTOS (PL - RJ) - Aprovação, pelo Parlamento brasileiro, de proposições de combate à violência contra a mulher. Congratulações à Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende pela coordenação da bancada feminina na Casa. Elogio às taquígrafas da Câmara dos Deputados. Necessidade de aumento da representatividade feminina no Parlamento brasileiro. Importância da votação de requerimentos de



apreciação, em regime de urgência, de proposições de interesse das mulheres. Defesa de combate efetivo ao crime de feminicídio. Classificação do Brasil em 5º lugar no *ranking* mundial de violência doméstica contra a mulher.

ERIKA KOKAY (PT - DF) - Questão de ordem sobre a nulidade da votação em face do cerceamento da orientação de bancada.

FLÁVIA MORAIS (PDT - GO) - Orientação de bancada na votação do requerimento de inclusão automática na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 3.292, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 11.947, de 2009, com vista ao estabelecimento de percentual mínimo para a aquisição de leite sob a forma fluida, com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) - Agradecimento à Deputada Soraya Santos pelo elogio à Parlamentar na coordenação da bancada feminina na Casa. Recebimento de livro com discursos proferidos pelas Parlamentares, encaminhado pelo Departamento de Taquigrafia. Participação feminina na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

CELINA LEÃO (PRESIDENTE) (PP - DF) - Indeferimento, pela Presidência, de questão de ordem suscitada pela Deputada Erika Kokay, sobre a nulidade de votação diante do cerceamento da orientação de bancada.

JANDIRA FEGHALI (PCDOB - RJ) - Discussão da legalidade da votação em curso. Luta da Oposição contra a inclusão na pauta de matérias não relacionadas ao combate à Covid-19. Pedido aos Parlamentares de assinatura do requerimento de criação de CPI, destinada à apuração de crimes praticados pelo Presidente da República no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Reinstalação do regime autoritário no Governo Jair Bolsonaro.

CORONEL TADEU (PSL - SP) - Falecimento do Senador Major Olímpio, em decorrência da Covid-19. Pedido à Presidência de determinação ao Plenário de observância de 1(um) minuto de silêncio em homenagem póstuma ao Parlamentar.

PERPÉTUA ALMEIDA (PCDOB - AC) - Questão de ordem sobre o encerramento da sessão, em face do falecimento do Senador Major Olímpio.

JANDIRA FEGHALI (PCDOB - RJ) - Homenagem póstuma ao Senador Major Olímpio. Manifestação de votos de condolências aos seus familiares.

NEUCIMAR FRAGA (PSD - ES) - Falecimento do Senador Major Olímpio, em decorrência da Covid-19. Manifestação de votos de condolências aos seus familiares, em nome do PSD. Necessidade de imunização das



populações brasileira e mundial contra o coronavírus. Dificuldades financeiras enfrentadas pelos empresários e comerciantes, diante da decretação de *lockdown* por Governadores e Prefeitos Municipais. Importância da retomada da produção de vacinas pelo País.

SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Manifestação de votos de condolências aos familiares do Senador Major Olímpio e do ex-Vereador Renatinho, da Câmara Municipal de Niterói, falecidos em decorrência da Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas do coronavírus no Brasil. Colapso do sistema nacional de saúde provocado pela doença viral. Postura criminosa do Presidente Jair Bolsonaro com relação ao enfrentamento da Covid-19. Comparação do Presidente da República com genocidas.

TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Manifestação de votos de condolências aos familiares do Senador Major Olímpio e do ex-Vereador Renatinho, da Câmara Municipal de Niterói, falecidos em decorrência da Covid-19. Solidariedade aos familiares das vítimas do coronavírus no Brasil. Urgente necessidade de adoção, por parte do Parlamento brasileiro e do Governo Federal, de ações efetivas de combate à epidemia de coronavírus.

SORAYA SANTOS (PL - RJ) - Pedido à Presidência de determinação ao Plenário de observância de 1(um) minuto de silêncio em homenagem póstuma ao Senador Major Olímpio.

JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Manifestação de votos de condolências aos familiares do Senador Major Olímpio, em nome da Rede Sustentabilidade. Solidariedade aos familiares das vítimas da Covid-19 no Brasil.

ALICE PORTUGAL (PCDOB - BA) - Solidariedade aos familiares do Senador Major Olímpio, em nome da Minoria. Transformação do Brasil no epicentro da epidemia de coronavírus. Necessidade de adoção pelo Parlamento brasileiro de ações enérgicas, de salvação nacional, diante do agravamento da crise sanitária por que passa o País. Desprovemento do Presidente Jair Bolsonaro de sentimento humano, diante da tragédia provocada pela Covid-19.

ENCERRAMENTO